

# | 757 | JOGO DE CHEGAR PERTO: PERCURSOS SONOROS

## LIGANDO ESPAÇOS DE UMA CIDADE DESIGUAL

*Thaís Amorim Aragão*

### **Resumo**

Com base nas abordagens de Milton Santos (1999) e de Michel de Certeau (2009) sobre o espaço e o cotidiano, este artigo vem apresentar resultados de uma investigação que analisou como o conjunto da prática dos vendedores de um biscoito conhecido como *chegadinho*, na cidade de Fortaleza, acaba por consistir em uma tática que permite a aproximação entre habitantes de contextos de baixa renda e habitantes de contextos de média e alta renda, no qual o triângulo tocado pelas ruas é peça fundamental.

**Palavras-chave:** som, territorialização, vendedores ambulantes, cultura popular

### **A dimensão do cotidiano**

Foi me debruçando sobre o ambiente sonoro da cidade, a fim de investigar o que dele poderia emergir que fosse chave para a compreensão da sociabilidade contemporânea em aglomerados urbanos, que foi possível identificar, em pesquisa recém-concluída no Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional da UFRGS – PROPUR, um particular processo de territorialização que se dá em Fortaleza e que tem como protagonistas os vendedores de um biscoito chamado *chegadinho*. Esses trabalhadores realizam, a pé, longos percursos pelas ruas da cidade, anunciando seu produto ao toque de um triângulo. Mas antes de falarmos sobre essa prática, vamos expor as principais bases teóricas utilizadas.

Territorialização é aqui entendida como o processo pelo qual agentes sociais efetuam algo que é classificado como território (ARAÚJO, 2007, p. 24). Os processos de territorialização também podem ser definidos como resultado da “interação entre relações sociais e controle do/pelo espaço, relações de poder em sentido amplo, ao mesmo tempo de forma mais concreta (dominação) e mais simbólica (um tipo de apropriação)”, como concebido por Haesbaert (2009, p. 235). É preciso, portanto, compreender de qual das diversas concepções possíveis de território partimos para entender que territorialização será tratada.

Este estudo fundamentou-se principalmente nos trabalhos do filósofo e historiador Michel de Certeau (2009) e do geógrafo Milton Santos (1999; 2002), situando-se no campo de pesquisas sobre como práticas humanas não apenas envolvem o uso do espaço como também o criam, ou seja, como o uso do espaço também acaba por produzir espaço. Buscando frações do social nos espaços vividos, trataremos a passagem do vendedor de

chegadinho pelas ruas da cidade de Fortaleza como um fenômeno urbano que se constitui por meio de uma específica interação entre o físico e o sócio-cultural, e que aqui se faz objeto.

Ao eleger categorias de análise, Santos destaca o evento, que reúne tempo e espaço em uma categoria única. “A noção de evento [...] permite unir o mundo ao lugar; a História que se faz e a História já feita” (SANTOS, 1999, p. 15). O evento seria o tempo empírico, um tempo que se realiza histórica e geograficamente. Já “o território tem de ser visto como algo que está em processo” (idem, p. 19). Seu olhar se volta para o espaço banal, que é o dos geógrafos, em detrimento do espaço econômico – não como contraposição, mas porque os espaços banais “são os espaços da comunhão, da comunicação, o espaço de todos”, inclusive dos fluxos econômicos. Isso nos levaria de volta “à noção de totalidade dos atores agindo sobre o espaço” (SANTOS, 1999, p. 18).

O autor lamenta que “territoriólogos”, principalmente planejadores, tenham deixado para trás essa compreensão, que afetaria sobremaneira os estudos sobre a pobreza, por exemplo. Considera “os conflitos entre classes, os conflitos entre localidades e áreas e os conflitos entre velocidades, dentro do território” – velocidade que é não dado técnico, e sim dado político; ela mesma, característica de análise do território.

Nas cidades, o tempo que comanda, ou vai comandar, é o tempo dos homens lentos. Na grande cidade, hoje, o que se dá é tudo ao contrário. A força é do “lentos” e não dos que detêm a velocidade elogiada por um Virílio em delírio, na esteira de um Valéry sonhador. Quem, na cidade, tem mobilidade – e pode percorrê-la e esquadrinhá-la – acaba por ver pouco, da cidade e do mundo. Sua comunhão com as imagens, frequentemente prefabricadas, é a sua perdição. Seu conforto, que não desejam perder, vem, exatamente, do convívio com essas imagens. Os homens “lentos”, para quem tais imagens são miragens, não podem, por muito tempo, estar em fase com esse imaginário perverso e ir descobrindo as fabulações. É assim que eles escapam ao totalitarismo da racionalidade, aventura vedada aos ricos e às classes médias. Desse modo, acusados por uma literatura sociológica repetitiva, de orientação ao presente e de incapacidade de prospectiva, são os pobres que, na cidade mais fixamente olham para o futuro. (SANTOS, 2002, p. 325)

Sendo o tempo a quarta dimensão do espaço, Santos vem considerar como quinta dimensão o cotidiano, entendido como “realização das pessoas e, quem sabe, também das instituições e das empresas nos lugares” (SANTOS, 1999, p. 22). Isto nos remete a Michel de Certeau, para quem o fraco, aquele que vive no campo do outro, depende do tempo e de uma hábil utilização deste para encontrar momentos oportunos, aproveitar ocasiões que se apresentam, e então “tirar proveito de forças que lhes são estranhas” (CERTEAU, 2009, p. 46). Daí a potência do cotidiano e de suas práticas, aparentemente banais, em expressar a

inteligência daquele que está sujeito aos sistemas técnicos. Os autores também convergem ao falar de pequenos contratos no nível do cotidiano: as práticas e eventos solidários mencionados por Santos parecem se comunicar com as alianças microscópicas das quais vem falar Certeau. Este traz a ideia de espaço como lugar praticado, onde se operam ações de sujeitos históricos, produzido pelas práticas cotidianas (idem, p. 203).

Na conjuntura presente de uma contradição entre o modo coletivo de gestão e o modo individual de uma reapropriação, nem por isso essa pergunta deixa de ser essencial, caso se admita que as práticas do espaço tecem com efeito as condições determinantes da vida social. Eu gostaria de acompanhar alguns dos procedimentos - multiformes, resistentes, astuciosos e teimosos - que escapam à disciplina sem ficarem mesmo assim fora do campo onde se exerce, e que deveriam levar a uma teoria das práticas cotidianas, do espaço vivido e de uma inquietante familiaridade da cidade. (CERTEAU, 2009, p. 162-163)

Essa tensão entre o modo coletivo de gestão e o modo individual de reapropriação também parece se relacionar com a contraposição entre o saber do homem do lugar e o saber do *expert*, levantada por Santos. Para o geógrafo brasileiro, o saber local “é nutrido pelo cotidiano, é a ponte para a produção de uma política - é resultado de sábios locais”, que, por sua vez, são aqueles que detêm conhecimento para “produzir o discurso do cotidiano, que é o discurso da política” (SANTOS, 1999, p. 21). Certeau, por sua vez, propõe que se elabore uma política dessas pequenas astúcias, que caracterizam as maneiras de se reapropriar dos sistemas, permitindo à multidão anônima inversões e subversões de uma ordem estabelecida.

Essa multidão parece ter sido deixada de lado no que o autor chama de transformação do fato urbano em conceito de cidade, processo ao longo do qual as práticas urbanas se tornaram esquecidas ou desconhecidas, frente à assunção do simulacro teórico da cidade-panorama pelos administradores do espaço - o urbanista ou o cartógrafo. O que Certeau pretende encontrar, nessas redes que “compõem uma história múltipla, sem autor nem espectador, formada em fragmentos de trajetórias e em alterações de espaços” (CERTEAU, 2009, p. 159), é algo que julga ser um saber muito antigo e que provavelmente resistiria a um colapso como o anunciado em função da crise urbana.

Para Milton Santos (1999), a cidade, muito mais que o campo, é onde pode emergir o saber local, porque o campo estaria dominado pelo capital, enquanto a cidade possui dinâmicas próprias que permitem resistências às formas hegemônicas daquele. Nessas dinâmicas haveria uma maior produção de horizontalidades a partir da maior divisão do trabalho; ou complexidades que abrigam comportamentos que fogem à regulação, que para Santos são essenciais às práticas de solidariedade. Além disso, também

passaria pelo saber local a reciclagem de um saber global, o que coloca a cidade como centralidade para pensar a sociedade contemporânea, pelo adensamento de fluxos, redes, conexões que nela se dão, e pela importância dos processos sociais que ali se desenrolam e que vão influenciar a universalidade empírica, essa totalidade hoje acessível pela globalização.

Diante das diversas mudanças pelas quais passou o mundo moderno, o urbano aparece como objeto privilegiado para compreender as novas amplitudes e complexidades em torno dos conceitos de território e de espaço, cujas possíveis concepções – pelo menos algumas delas – foram discutidas aqui. Deste panorama, o cotidiano surge como fonte para estudos que procuram entender a produção do espaço a partir dos atos das pessoas comuns – aquelas que, mesmo fora do campo do saber do *expert*, ainda influem fortemente na constituição e molde incessantes de territórios.

## **A prática estudada e seu contexto sócio-cultural**

É no cotidiano da capital cearense que encontramos o objeto de pesquisa aqui apresentado.

Os vendedores de *chegadinho* hoje em atuação em Fortaleza (...) vendem um artigo finíssimo: delgado biscoito feito de farinha, goma e açúcar, a modo de *hóstia*, que descende dos *barquillos* portugueses e dos *barquillos*, *neules* e *obleas* espanhóis. Carregam a iguaria em tambores cilíndricos pendurados aos ombros, enquanto andam pelas ruas a tocar um triângulo. O ofício é observado em boa parte do território brasileiro, embora o uso desse instrumento musical apareça notadamente do estado da Bahia ao Amazonas. Seus nomes característicos podem variar: *taboca*, *cavaco chinês*, *cavaco*, *cavaquinho* e *cascalho* são os mais comuns, além da alcunha cearense de *chegadinho*. (ARAGÃO, 2012b)

Os primeiros registros encontrados sobre a venda de *chegadinho* em Fortaleza vão se dar apenas no final da década de 1980, embora já tenha sido apontado o consumo dos ancestrais ibéricos desse biscoito na corte de Jaime I de Aragão, o “Conquistador”, ainda na Baixa Idade Média. A não ser pelo açúcar e pela adição da farinha de goma de mandioca no Novo Mundo, seus ingredientes são praticamente os mesmos do pão *ázimo* levado pelos judeus na fuga do Egito e da *hóstia* da Igreja Católica, sendo esta última assada em prensas semelhantes às utilizadas para fazer *chegadinhos*. Vendedor de iguaria semelhante aparece como personagem de novela picaresca datada de princípios do século XVII, em território hoje espanhol, e os tambores cilíndricos associados à venda de *barquillos* e *barquillos* aparecem pelo menos a partir do século XIX, na Espanha e em Portugal (ARAGÃO, 2012a).

Tratado frequentemente na capital cearense dos dias de hoje como um acontecimento querido, por remeter a uma idílica memória de infância dos habitantes na cidade, a passagem desses ambulantes pelas ruas da metrópole brasileira sob estudo vem ganhando crescente atenção, sendo cada vez mais tema de crônicas nos periódicos locais. E é essa relação – entre a atividade do vendedor de chegadoinho e memórias de infância – que marca quase a totalidade das referências à prática que são feitas na mídia impressa, embora os vendedores e os meandros de seu fazer permaneçam pouco abordados e conhecidos.

Já os registros mais antigos sobre esta prática no Brasil que puderam ser encontrados no decorrer da investigação começam a surgir também em jornais editados décadas antes, a partir de 1950, quando já se podia ouvir o triângulo nos discos de Luiz Gonzaga. Em parceria com o compositor Humberto Teixeira, o músico foi responsável pela estilização do baião, que abriu as portas dos meios de comunicação de massa para um conjunto de sonoridades de sua região de origem. O artista, que contribuiu significativamente para a construção da ideia de um lugar Nordeste a partir da música, serviu-se não apenas de narrativas cantadas e de uma indumentária típica adotada nas performances, como também escolhendo deliberadamente cada um dos elementos da nova instrumentação que ele mesmo criou para o baião.

No famoso trio formado por sanfona, zabumba e triângulo, a sanfona era a modernização da harmônica, uma espécie de filha dos oito-baixos tocados por seu pai no sertão do Cariri, enquanto a referência do zabumba veio das bandas cabaçais do lugar. Embora o triângulo estivesse presente em reisados e em outras manifestações populares sertanejas, foi uma experiência urbana que levou seu som a se incorporar à nova instrumentação, consagrada pelo advento da indústria fonográfica e do rádio.

Eu vinha cantando sozinho, mas eu precisava de um ritmo. Porque a música nordestina precisava de *côro*. *Côro*, que eu digo, é couro de cachorro, couro de bode. Negócio para bater, como no Rio de Janeiro se usa couro de gato, né? Então, primeiramente, eu criei o zabumba baseado nas bandas de couro lá do sertão, aquelas que nós chamamos de *esquentamuié*. Mas a zabumba, só... eu fiquei assim, com a asa quebrada. Eu precisava descobrir um instrumento bastante vibrante, agudo, pra brigar com a zabumba. Até que vi no Recife passar um menino vendendo cavaco chinês, com aquele tubo nas costas, tocando o *tinguilim*, como eles chamavam – o *tinguilim*. Aí ele fazia aquilo com certa cadência, né? E pronto! Achei o marido da zabumba. Olha que casamento!<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> “Luiz Gonzaga - Arquivo Trama/Radiola 03/11/08”, vídeo disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=7G5sK7kNr4U>. Acessado em 16 de abril de 2011, às 11:44.

Embora o triângulo não tenha ganhado a mesma atenção dos outros instrumentos nos estudos da música popular brasileira, o som que esses vendedores ambulantes vêm tocando nas ruas da maior parte das capitais do Nordeste há pelo menos 60 anos está, portanto, amalgamado a uma das principais expressões da cultura dessa região. Tal música, como a conhecemos pela obra de Luiz Gonzaga, foi concebida distante da terra natal de seus autores, no Rio de Janeiro. Mas não é desse tipo de produção de território que falaremos: aqui trataremos de territorializações que se dão nos dias de hoje, a partir dos percursos sonoros dos vendedores de chegadoinho em atividade na cidade de Fortaleza.

Para tanto, é importante observarmos alguns aspectos importantes que marcaram a vida urbana na capital cearense ao longo do século passado, e que modificou o dia-a-dia de seus habitantes, influenciando também o contexto da prática desses trabalhadores na atualidade. São eles: 1) a alteração das sonoridades; 2) as migrações campo-cidade; e 3) as relações com o comércio ambulante.

“Segmentos da população de Fortaleza, notadamente aqueles sob o impacto da urbanização em curso, desenvolveram práticas, gestualidades e valores em sua confrontação diária com as novas sonoridades”, explica Antonio Luiz Macêdo e Silva Filho (2006), para quem “pensar historicamente implica, também, a necessária disposição de pôr-se à escuta”. Conhecida como o coração da cidade, a Praça do Ferreira tinha um catavento que gemia sobre uma cacimba em 1910, um coreto na década seguinte e, inaugurada na passagem do ano de 1933 para 1934, a Coluna da Hora, que marcava o tempo para os transeuntes e moradores do Centro. Em 1941, os sinos da igreja Nossa Senhora dos Remédios, no Benfica, seriam substituídos por um aparelho rádio-elétrico Philips, tocando discos de músicas sacras.

Para o historiador, o rádio chegou para ser utilizado não apenas por lazer mas como objeto de distinção social, dada a sua sofisticação tecnológica. Ao mesmo tempo, novos aparelhos sonoros levavam a população a momentos de enlevo, por lhe permitir ouvir músicas das mais diversas em locais e horários em que antes não era possível vivenciá-la. O impacto da chegada dos veículos automotores e da energia elétrica, que fez com que as atividades se estendessem pela noite, não tardaram a se fazer perceber nas regulamentações municipais. O *Código de Posturas do Município de Fortaleza de 1932* trazia o capítulo “Do sossego e tranquilidade pública”, que previa multa a quem desse “gritos à noite dentro das zonas central e urbana, depois das 22 horas, sem necessidade ou utilidade” e a quem usasse “o escapamento livre dos veículos nas zonas central, urbana e suburbana” (apud SILVA

FILHO, 2006, p. 123). Hábitos como serenatas e piano na sala para as moças tocarem foram rareando com o tempo.

Quanto às migrações campo-cidade, ao longo do século XX a seca se consolida como fenômeno de relevância mais social que climática, expulsando continuamente populações que não conseguem se manter da agricultura e da pecuária no interior. Elas começam a chegar a Fortaleza ainda no final do século XIX, quando a cidade já durante algumas décadas vinha vivendo um processo de remodelação sócio-urbana que acabou por inseri-la num contexto de *belle époque* (belos tempos), com planos orientadores e projetos de embelezamento. Além de abalar a base de sua economia, a grande seca de 1877 leva à cidade um número de pessoas quatro vezes maior que sua população à época.

Num primeiro momento, os cidadãos são solidários, mas o fenômeno não cessa e, durante a seca de Quinze, o poder público encerra oito mil pessoas em um campo de concentração construído na entrada da cidade, deixando os migrantes longe do Centro urbanizado. Na seca de 1932, a política pública adota dois campos em Fortaleza e outros nas principais estradas do estado, visando conter a chegada dos retirantes. Numerosa população pobre passou a se fixar em moradias precárias no entorno desses espaços de confinamento na capital a partir de então, conformando novas periferias. Durante a década de 1940, parte do excedente populacional foi redirecionado para a ocupação da Amazônia, na campanha do governo federal que alistou os Soldados da Borracha. Segundo Costa (2007), “a crise da agricultura cearense, a concentração fundiária e as grandes secas de 1951 e 1958 provocaram, mediante intenso processo migratório, um crescimento intercensitário de 90,5%. A população da capital passou de 270.169, em 1950, para 514.813 habitantes, em 1960” (idem, p. 75).

Chegamos ao terceiro e último processo que é preciso levar em consideração: as relações da cidade com seu comércio ambulante. Na década de 1930, o termo comerciante ambulante podia ser encontrado até mesmo nas colunas sociais dos diários. Muitos vendedores também eram responsáveis pelo essencial serviço de distribuição de produtos básicos à população nos bairros. Entre esses produtos estavam o pão, o leite, as verduras, as frutas e a carne verde (fresca). A passagem desses trabalhadores chegava a influenciar a escolha de uma nova residência: “Elegia-se a rua de morar mais tempo pela frequência desses indispensáveis vendedores ambulantes. ‘Passa carnicheiro?’ – ‘É verdureiro, tem também? E bom?’ – perguntava-se aos moradores da rua, futuros vizinhos” (CAMPOS, 1996, p. 70).

No entanto, esse quadro tende a mudar, com o aparecimento de transporte automotivo e pequenos mercados nos bairros. Em 1948, o Matadouro já dispõe de “carros

higienicamente capacitados para o transporte de carne para mercados e açougues da cidade”<sup>2</sup>. Percebe-se que os vendedores ambulantes, especialmente os de gêneros alimentícios, foram paulatinamente cercados pelo endurecimento da legislação municipal, o que pode ter contribuído para uma mudança nos hábitos da população e também para a marginalização desse tipo de comércio e dos próprios trabalhadores a ele ligados. E isso acontece num momento em que a cidade recebe um número cada vez maior de migrantes, em busca de meios de vida. Muitos deles vão ocupar o Centro da cidade realizando vendas nas ruas e calçadas.

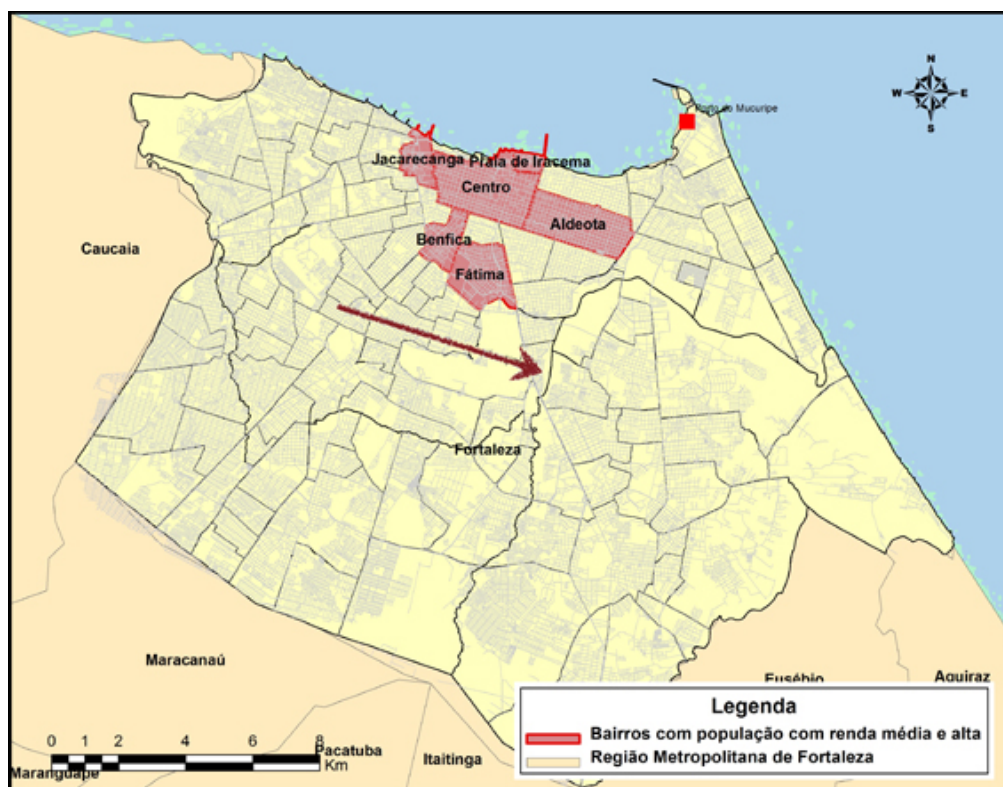
Entre a década de 1940 e 1950, o prefeito José Leite Maranhão proíbe vendas ambulantes e seu sucessor Paulo Cabral Araújo promove remoções de comerciantes das vias centrais, enquanto os jornais já começam a tratar a atividade como um problema urbano. Mudava a forma como a cidade – ou pelo menos os poderes públicos e a imprensa – se relacionava à época com o comércio ambulante. A partir da década de 1950, enquanto o Centro foi se estabelecendo como o principal lugar dos conflitos em relação aos comerciantes na informalidade, parte das famílias de alta renda passaram a deixar bairros a oeste do núcleo central, como Jacarecanga e Benfica, para se instalarem em novos bairros à leste, como Aldeota e Fátima. Era o caminho inverso à grande periferia que se descortinava desde o início do século, às margens dos campos de concentração e das ferrovias que traziam sertanejos do interior: a Estrada de Ferro de Sobral e a Estrada de Ferro de Baturité.

---

<sup>2</sup> SÚMULA do relatório apresentado ao Exmo. Sr. Governador do Estado pelo Prefeito Dr. José Leite Maranhão: o balanço. O Povo, Fortaleza, 07 jan. 1948. Edição do 20o. Aniversário, Caderno B, p. 3.



Figura 1 – Bairros com população de média e alta renda em meados do século XX



Fonte: JUCÁ, 2006.

## Relatos de espaço que nos trazem os vendedores

Considerando a premissa de que os habitantes produzem espaço a partir do próprio uso que fazem dele, aqui nos deteremos em aspectos que se revelaram sobre as dinâmicas espaciais da cidade baseando-nos principalmente nos relatos de espaço do grupo de vendedores de chegadinho entrevistados, a quem perguntamos como criam seus percursos, seguindo ensinamentos de Certeau (2009). Outra referência metodológica é Howard Becker (1999), que chama a atenção para o valor da “história própria” das pessoas, utilizada em muitos estudos da Escola de Chicago dos anos 1920. “Esta perspectiva difere daquela de alguns outros cientistas sociais por atribuir uma importância maior às interpretações que as pessoas fazem de sua própria experiência como explicação para o comportamento” (BECKER, 1999, p. 103).

Também para que o leitor não se veja furtado de informações importantes que levaram a certos desfechos no encadeamento do processo, Becker sugere uma descrição do que chama história natural das conclusões, “apresentando evidências tais como chegaram à atenção do observador durante os sucessivos estágios de sua conceitualização do problema”

(BECKER, 1999, p. 64). A apresentação da pesquisa em formato de narrativa, sempre que possível, tem caráter epistemológico e diz respeito ao atendimento a uma proposta teórica, à conformidade com o objeto, ao esclarecimento do próprio percurso do trabalho.

Também nesse sentido, Certeau prefere itinerários e relatos de espaço aos mapas. Estes trazem resultados visíveis, enquanto os primeiros mostram operações. Enquanto um seria uma descrição redutora totalizante das observações, o outro se apresentaria como uma série discursiva. Um se relacionaria a ver; o outro, a ir. Um, quadro; o outro, movimento. Nos mapas urbanos, o traço substituiria a prática, poderia fazer “esquecer uma maneira de estar no mundo” (CERTEAU, 2009, p. 163). Não dizem tudo, por isso a importância dos relatos. Os passos não se pode contar: é qualitativo, cheio de singularidades, argumenta Certeau.

Neste artigo, só será possível trazer o conteúdo dos relatos de espaço de forma muito condensada, daí a importância de que o leitor, caso se interesse pelo tema, se disponha a conhecer o estudo de origem, especialmente os capítulos 5 e 6 da dissertação (ARAGÃO, 2012a). Exposto isso, tentaremos a seguir identificar alguns aspectos da dinâmica urbana de Fortaleza revelados a partir dos relatos de espaço dos vendedores de chegadoinho, antes de nos lançarmos aos mapas, que servem muito mais à análise do que à descrição do fenômeno.

O primeiro desses aspectos é que a venda de chegadoinho foi porta de entrada para o trabalho na capital, aberta para trabalhadores interioranos no entorno da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), grupo bastante significativo na totalidade dos entrevistados. Muitos conseguiram se manter na cidade porque a própria fabriqueta de chegadoinhos que os empregava – ainda que informalmente – lhes fornecia alojamento. Para os pequenos produtores, a oferta de moradia atrelada ao trabalho facilitava a manutenção da mão-de-obra para a venda nas ruas, diante de uma certa inconstância no contingente de ambulantes disponíveis para a atividade.

Os entrevistados que nasceram no interior e foram vender chegadoinho em Fortaleza chegaram principalmente entre meados e fins da década de 1970, embora haja registros de chegadas ainda no início dos anos 1990. A maioria morava na zona rural de seus municípios de origem, ligando-se à agricultura. Quando havia necessidade de mais vendedores de chegadoinho na capital, alguns ambulantes buscavam garantir trabalho para familiares, retornando a seu povoado natal para chamar irmãos e primos, especialmente.

Com baixa escolaridade e encontrando dificuldades para se colocar no mercado formal, muitos vendedores hoje em atividade nas ruas de Fortaleza acabaram conseguindo ficar com os instrumentos da cozinha dos antigos produtores, quando estes foram aos

poucos falecendo. Assim, a maior parte deles pôde se manter no ofício, com maior autonomia. Em compensação, a jornada se ampliou. Geralmente se inicia ao nascer do sol, para assar os biscoitos que serão vendidos por eles mesmos à tarde, quando passam de três a sete horas em caminhadas que podem chegar a vinte quilômetros. Eles podem ser bastante metódicos em seu fazer, conservando uma rotina diária de trabalho e mantendo uma grande regularidade nos horários em que passam por determinados pontos de seus percursos, ainda que sequer levem consigo relógio.

Em geral, folgam um dia na semana, mas raramente isso acontece aos sábados, domingos e feriados, dias em que a venda é mais satisfatória. “No fim de semana é melhor, as pessoas estão em casa. Todo ambulante se dá melhor em feriado, fim de semana”, conta um deles. A principal preferência é por áreas residenciais. Evitam avenidas, tanto por ser onde se localizam mais estabelecimentos comerciais quanto por causa da concorrência sonora com o tráfego automotor. Também podem ensinar caminhos uns aos outros, adaptando posteriormente as rotas às suas próprias experiências. Mas principalmente: vão aonde a venda se mostra melhor.

Nisso, o som tem papel fundamental. As rotas são praticamente marcadas acusticamente: quando tocam, estão vendendo.

“Aqui é só passagem. Ninguém bate não, aqui. [...] Começou a bater o triângulo... é venda, né?”

“Eu não vinha batendo. Eu ia praticamente escondido, para ninguém me ver, pra eu levar chegadim pra essas duas pessoas [no fim do percurso]. Entendeu? Eu não gostava de deixar elas sem chegadinho.”

“Tem que saber tocar. Se o sujeito não souber tocar, não vende nada, viu?”

“Se andar com a chegadinha, só com o tambor, sem fazer zoada, o pessoal não tá escutando. Só vende se tiver a zoada: o triângulo. É uma ciência, né? Só vende se tocar. Se não tocar, não vende.”

“Se não tiver o triângulo, como é que eu vou vender? [...] Como é que eu vou vender a chegadinha sem... Eu vou batendo palma? [ri] Não tem nem condições!”

A maior parte não se percebe como instrumentista, nem músico, mesmo que alguns eventualmente componham canções ou toquem triângulo em forrós na capital, ou tenham tocado o instrumento em reisados no interior. “O triângulo (...) anima o cara. O barulho é perturbador, mas a vontade de vender anima. Tem dia que o cabra volta para casa sem vender tudo. Tem dia que, num quarteirão, seca a lata. Venda é cheia de mistério”,

comenta um deles. Além de se entreterem com o toque do triângulo, o instrumento também pode servir como defesa. Quando intimidados nas ruas, alguns vendedores de chegadoinho buscam evocar a festa, aliviando tensões, criando ou estreitando laços por meio da música.

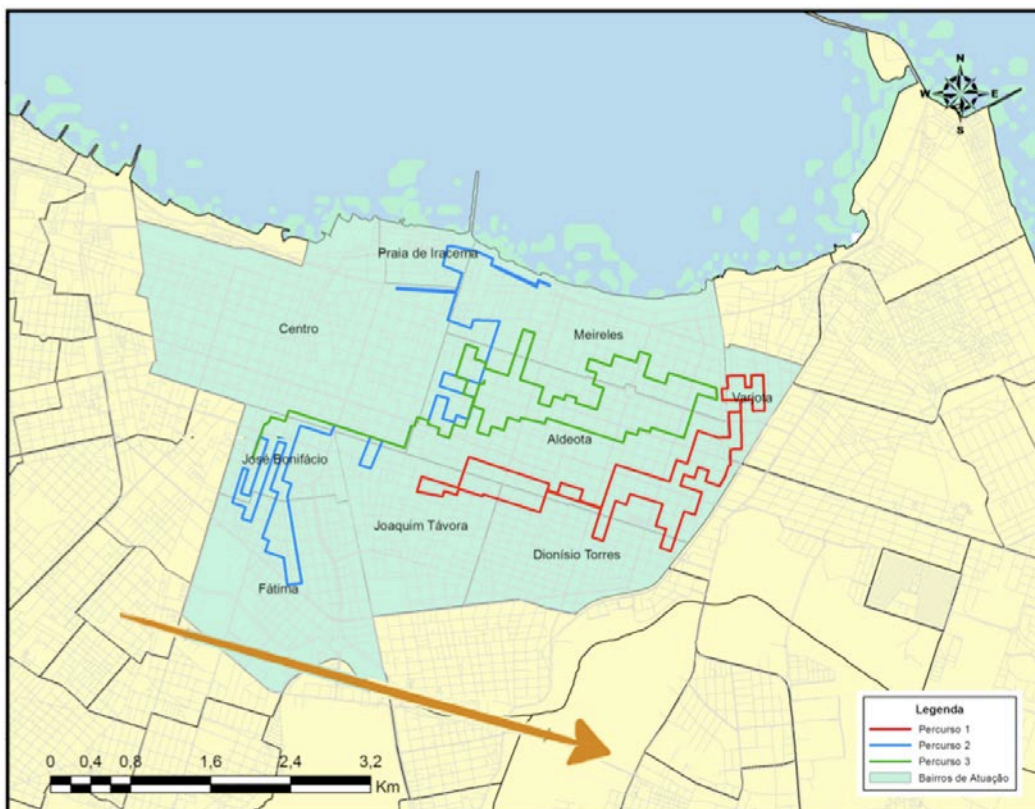
A violência urbana vem influenciando na limitação de seus percursos. Assaltos e agressões verbais e físicas são relatados, e os vendedores de chegadoinho procuram não andar por bairros ou lugares onde vivenciaram esse tipo de situação ou onde sabem ter ocorrido episódios semelhantes. Da mesma forma, têm voltado para casa mais cedo do que costumavam, para não se exporem a riscos. Por precaução, não exploram ruas desertas. Alguns acreditam que moradores de condomínios fechados seriam potenciais compradores, mas também não conseguem ter acesso a esse público porque a entrada é frequentemente proibida a ambulantes, por questões de segurança.

Ao mesmo tempo em que aumenta a sensação de insegurança nas ruas, os vendedores também percebem que menos gente lhes compra chegadoinho, o que os levaria a ter que andar mais para conseguir vender (quando já vimos que a tendência é contrária), ou aumentar o preço, ou viver com uma renda ainda mais baixa. “Hoje não dá mais que nem antigamente. Antigamente nós pegava uma lata de chegadoinho dessas aqui, nós ia em casa, voltava, pra poder pegar outra lata, porque não dava. O pessoal mudou...”, conta um interlocutor.

### **Fluxos que se revelam nos passos dos ambulantes**

Além de colher relatos de espaço, foi possível acompanhar a rota de três vendedores de chegadoinho em Fortaleza durante a pesquisa, e o que se percebeu foi que os percursos urbanos que esses ambulantes empreendem, orientados pela venda do biscoito, acabam por reproduzir o vetor de deslocamento gradual das populações de renda mais alta no território da cidade, como observado ao longo do século XX. Vê-se, no mapa abaixo (Figura 2), que as caminhadas acontecem no bairro de Fátima, na Aldeota, mencionados anteriormente, e em vizinhanças contíguas. Curiosamente, os interlocutores evitam adentrar muito o espaço do Centro, onde a vigilância em torno de práticas comerciais ambulantes é intensa, limitando-se a margeá-lo.

Figura 2 – Mapa dos percursos e bairros de atuação



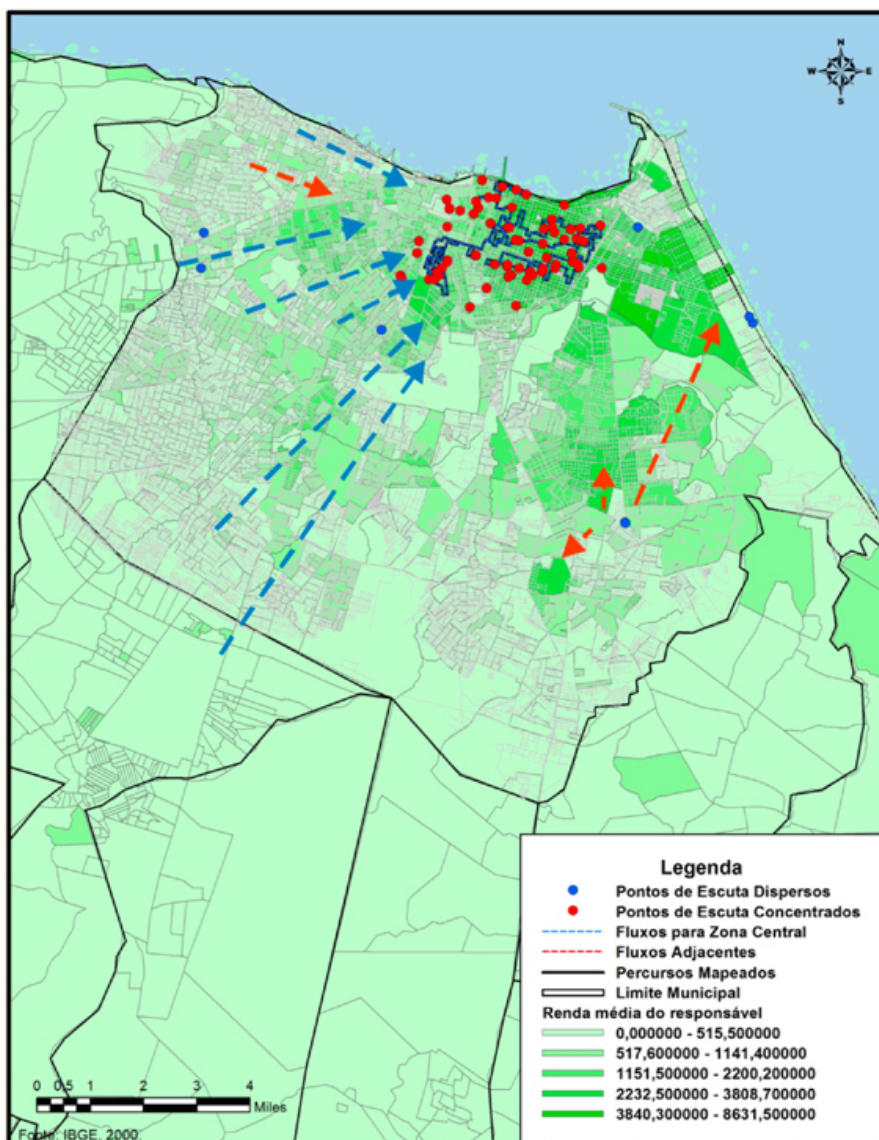
Fonte: Pesquisa própria.

O conjunto de bairros percorridos também coincidiu com a área de concentração de pontos de escuta, obtidos a partir da mobilização de habitantes-ouvintes para localização desse evento sonoro pela cidade, num procedimento auxiliar que foi apresentado em detalhe na última edição do Enanpur (ARAGÃO, 2011). Vemos, no mapa a seguir (Figura 3), a sobreposição da localização dos eventos informados, além dos fluxos que envolvem as jornadas de trabalho dos vendedores de chegadoinho.

Sobre esse último ponto, é importante observar que influem nos deslocamentos do grupo estudado os locais de sua moradia, que costumam se configurar como conjuntos habitacionais, vilas ou ocupações localizados principalmente na periferia de Fortaleza ou em outros municípios da RMF. Eles se encontram justamente em espaços que as políticas públicas orientaram à fixação de população de baixa renda ao longo do último século, de forma mais a dificultar o acesso do que integrar essa população ao núcleo original da cidade. Os percursos, portanto, partem dos espaços de moradia dos vendedores em direção aos bairros residenciais de sua principal clientela. Considerando o dado sobre renda da população, exposto no mapa, é possível observar a tendência de que os fluxos partam de áreas com menor concentração de renda para outras de maior.



Figura 3 – Percursos, pontos de escuta, fluxos moradia-trabalho e renda média da população



Fonte: Pesquisa própria; IBGE 2000.

Com base nas abordagens de Milton Santos (1999) e de Michel de Certeau (2009) sobre o espaço, este estudo se dedicou ao cotidiano – ao espaço banal e à historicidade cotidiana, respectivamente. Aí encontramos uma espécie de jogo de chegar perto: o conjunto da prática dos vendedores de chegadoinho acaba por consistir em uma tática que permite a aproximação entre habitantes de contextos de baixa renda e habitantes de contextos de média e alta renda, no qual o triângulo é peça fundamental.

Compreendendo territorialidade como “o pressuposto geral para a formação de territórios (concretamente constituídos ou não)” (HAESBAERT, 2009, p. 36) ou a sua dimensão simbólico-identitária, e territorialização como o processo pelo qual agentes sociais efetuam território (ARAUJO, 2007), a partir de relações sociais e correlações de força

envolvendo o controle do – e pelo – espaço (HAESBAERT, 2009), esta pesquisa identificou em Fortaleza um processo de territorialização centrado na venda do biscoito popularmente chamado *chegadinho* – ou *chegadinha*, ou *chegadim*.

Os itinerários realizados pelos ambulantes espelham vetores de deslocamentos de populações para o território da cidade e no território da cidade observados ao longo do século XX, como a disposição dos espaços dos pobres longe do Centro, à margem das vias de acesso ferroviário interior-capital, e a gradual migração dos ricos para a zona leste da cidade, o que faz a prática emergir como padrão de fenômeno social associado à hierarquização do espaço físico como espaço social (BOURDIEU, 1997).

Como constituidora de um processo de territorialização, a prática dos vendedores de *chegadinho* tem bases espaciais, mas seu trunfo reside nessa utilização do espaço por longos ciclos temporais, cujas unidades são praticamente diárias. Perguntei certa vez a um ambulante se fazia tempo que ele trabalhava com aquilo. “Não, faz uns oito anos”, respondeu. Se o vendedor de *chegadinho* é o homem lento de Milton Santos, talvez não seja apenas por se mover sem motores, mas por tornar significativo o que faz, às custas de sua própria tenacidade. (...) Ao longo dos dias e anos, acumulam um amplo conhecimento sobre dinâmicas da cidade que influem sobre o seu fazer. Possuem guardada uma biblioteca de lances – tentativas e erros, tentativas e acertos – colecionados nas partidas jogadas cotidianamente, no tabuleiro da cidade de traçado em xadrez. (...) Assim, experimentando e dosando os procedimentos na articulação de som, movimento, espaço e tempo, os vendedores de *chegadinho* conseguem encontrar um espaço onde ainda é possível trabalhar. (ARAGÃO, 2012b)

Portador da *métis*, essa inteligência que se manifesta por meio de uma prática, a partir da qual um sujeito que carece de forças pode sair favorecido, mesmo quando a composição de lugar lhe é desfavorável (CERTEAU, 2009), o vendedor de *chegadinho* parece subverter uma série de adversidades que se apresentam no contexto sócio-cultural em que está inserido. Não importa o quão partida possa estar a cidade, o quão longe – física e simbolicamente – estejam seus habitantes: os caminhantes que foram objeto desse estudo enfrentam longas distâncias, distraíndo-se e distraíndo aqueles que são sensibilizados ao longo do caminho, com o toque agudo e cadenciado do triângulo. Até mesmo o fato de adotarem um pregão sem voz parece contribuir para o sucesso desses encontros: o instrumento não carrega as marcas imediatas que a baixa escolaridade ou as origens rurais e urbano-periféricas deixam na língua falada.

É tão rico e complexo o contexto de referencialidades que envolve essa prática, em especial sua sonoridade, que há inúmeras ideias às quais sua escuta pode levar, antes que o habitante-ouvinte chegue à lembrança da pobreza e seus estigmas. Assim, ela vai tendo

lugar em espaços considerados restritos da cidade, resistindo nos interstícios do cotidiano, passando quase incólume pelas intensas transformações que vêm sacodindo nossas metrópoles na modernidade, ligando espaços socialmente opostos de uma cidade desigual, fazendo populações distanciadas comungarem de um lugar – em sua dimensão física e simbólica – que lhes é comum, de uma territorialidade que é tecida na relação, ao som do triângulo, em torno desse biscoito fino.

## Referências bibliográficas

ARAGÃO, Thaís Amorim. **Mobilizando Informantes pela Internet para Localização de Eventos Sonoros Urbanos**. In: XIV Encontro Nacional da ANPUR, 2011, Rio de Janeiro. CD interativo contendo os trabalhos aceitos para apresentação do XIV ENAnpur, 2011.

ARAGÃO, Thaís Amorim. **Doce som urbano: o triângulo e as territorializações dos vendedores de chegadoinho em Fortaleza**. 2012. 190 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional, Porto Alegre, 2012a.

ARAGÃO, Thaís Amorim. **Ofício de ambulante: saber sobre a cidade**. In: XII Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, 2012, Porto Alegre-RS. Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. Porto Alegre: PROPAR/UFRGS, 2012b.

ARAUJO, Frederico Guilherme Bandeira de. “Identidade” e “território” enquanto simulacros discursivos. In: ARAUJO, Frederico Guilherme Bandeira de, e HAESBAERT, Rogério. **Identidade e territórios: questões e olhares contemporâneos**. Rio de Janeiro: Access, 2007. cap. I, p.13-32.

BECKER, Howard. **Métodos de pesquisas em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec, 1999.

BOURDIEU, Pierre (org). **A miséria do mundo**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

CAMPOS, Eduardo. **O inquilino do passado**. Fortaleza: Casa de José de Alencar/Programa Editorial, 1996.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano, vol. I: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 2009.

COSTA, Maria Clélia Lustosa da. Fortaleza: expansão urbana e organização do espaço. In: SILVA, José Borzachiello da, CAVALCANTE, Tércia, e DANTAS, Eustógio (org.). **Ceará: um novo olhar geográfico**. 2. ed. atual. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2007. p.51-100.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: EDUSP, 2002.

\_\_\_\_\_. **O território e o saber local: algumas categorias de análise**. Cadernos



IPPUR, Rio de Janeiro, ano XIII, nº 2, ago./dez. 1999, p.15-26.

SILVA FILHO, Antônio Luiz Macêdo. **Rumores**: a paisagem sonora de Fortaleza (1930-1950). 1.ed. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006.